

LEITURA CRÍTICA DE “AMÉRICA LATINA: RAÍZES DE LONGO PRAZO DE UMA VARIEDADE DE CAPITALISMO”

João Victor Simões Ferreira

Graduando em Relações Econômicas Internacionais – UFMG

E-mail: joaosimoesf@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

A evolução e nuances do desenvolvimento econômico na América Latina é questão ainda muito debatida na literatura, haja visto as repercussões específicas desse processo na situação político-econômica atual da região em comparação, sobretudo, com outras ex-colônias das metrópoles europeias. Nesse sentido, visando responder as perguntas sobre (i) os distintos caminhos do desenvolvimento da América Anglo-Saxônica e América Latina após a independência e (ii) a persistência da posição subdesenvolvida da América Latina em relação às economias desenvolvidas, o capítulo “América Latina: raízes de longo prazo de uma variedade de capitalismo” por Cimini, Ribeiro e Albuquerque (2021), reproduzindo a escola institucionalista, reconhece a diferença nos níveis de desenvolvimento como decorrente das divergências institucionais entre as colônias (partindo de condições iniciais que moldaram as diferentes trajetórias institucionais, tais como religião, aparato administrativo herdado dos colonizadores, condições climáticas e geográficas e outras).

Tal trabalho aprofunda ainda a discussão, na medida em que aponta como argumento principal “que as condições iniciais, moldadas pela colonização, são insuficientes para explicar o distanciamento entre América Anglo-Saxônica e América Latina” (CIMINI; RIBEIRO; ALBUQUERQUE, 2021, p.202). Assim, a questão mais importante seria “como se deu o impacto inicial da primeira revolução tecnológica sobre a região e sua consequente inserção no comércio internacional.” (CIMINI; RIBEIRO; ALBUQUERQUE, 2021, p.202, grifo nosso)

Neste contexto, apresentam a seguinte hipótese:

“a combinação entre fragmentação política, após o processo de independência, e o padrão de inserção na divisão internacional do trabalho, em gestação no período da Revolução Industrial, definem a trajetória

tomada pelas economias da região. Essa trajetória estabelece uma armadilha do subdesenvolvimento, recentemente tratada na literatura como armadilha da renda média.” (2021, p. 202)

Portanto, além de reconhecerem que esta trajetória contrasta com aquela das 13 colônias britânicas, ela poderia estar relacionada a uma variedade regional de capitalismo. Essa variedade, apesar de definida a partir de características regionais comuns, apresentaria também elementos indicando heterogeneidade no interior da região (tais como peso da mineração, tipo de vínculo com o centro dinâmico, tamanho das economias, tipo de especialização), os quais são apenas apresentados sem maior aprofundamento.

2. ÓBICES COLONIAIS AOS IMPACTOS DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Na seção referente aos impactos iniciais da Revolução Industrial na América Latina, os autores argumentam que estes foram mediados por metrópoles que transitavam para posições periféricas no contexto europeu, e que “diversas proibições de produção de manufaturas em sua colônia derivam-se desse quadro”. (CIMINI; RIBEIRO; ALBUQUERQUE, 2021, p.205)

Conforme estabelece Fernando Antônio Novais (1983), o próprio sistema colonial tinha como sua essência a exploração de novas áreas de modo a promover a primitiva acumulação capitalista nas metrópoles, que por sua vez exigia a estruturação de aparato produtivo. Contudo nas colônias, as condições de constituição do regime de trabalho “livre” eram desfavoráveis, pois sempre havia a possibilidade do produtor direto assalariado, dada a grande disponibilidade de terra despovoada, apropriar-se de alguma porção dela e transformar-se em produtor autônomo.

Neste contexto, a colonização do Novo Mundo se desenvolveu, centrada na produção de mercadorias-chave destinadas ao mercado europeu e baseada nas várias formas de compulsão do trabalho, em especial, o escravismo. Assim, longe de ter sido uma opção, a implantação do escravismo colonial “foi uma imposição das condições histórico-econômicas.” (NOVAIS, 1983, p. 62).

Portanto, para além da situação precária das metrópoles, o próprio modo de produção escravista atrelado ao sistema colonial impedia a adoção dos avanços decorrentes da Revolução Industrial, visto que a condição básica da força de trabalho assalariada não podia ser satisfeita.

Ademais, a estrutura de produção escravista-mercantil, ante a própria dinâmica organizacional e baixo grau de produtividade, limitava a constituição de um mercado interno nas colônias, o que constitui entrave adicional à dinâmica do capitalismo moderno inaugurado pela Revolução Industrial. Tanto o é que quando a Revolução Industrial eleva o crescimento da produção capitalista num volume e ritmo que exige no ultramar mais amplas faixas de consumo, não apenas das camadas superiores da sociedade, mas dela como um todo, torna-se necessária a generalização das relações mercantis, forçando as limitações do próprio sistema colonial, o qual desde então entra em crise. (NOVAIS, 1983)

Vale ressaltar que apesar dos Estados Unidos também disporem de mão-de-obra escrava durante boa parte do século XIX, estes estavam, em sua maioria, limitados aos estados do sul, visto que os estados nortenhos (os quais começavam a assimilar os avanços da Revolução Industrial) dependiam de mão de obra livre e a maioria havia abolido a escravidão por volta de 1805.

O texto ora analisado indica que Portugal e Espanha não detinham as “capacidades estatais” para a absorção de tecnologias derivadas da transformação (CIMINI; RIBEIRO; ALBUQUERQUE, 2021). Apesar de não ser apresentada a definição deste conceito, são dadas como causas para tanto o contexto de crise colonial e os processos de independência das colônias ibéricas.

Adicionalmente, no âmbito sociopolítico, João Fragoso e Manolo Florentino (2001) analisam que em Portugal a aristocracia se identificava com os serviços à monarquia – monopolizavam os principais cargos políticos e militares, e, como remuneração, recebiam concessões de bens, postos de maior prestígio, até cargos de administração real no âmbito do império – de tal forma que prevaleciam valores não capitalistas, pois, ascender na hierarquia social implicava se tornar membro da aristocracia. Portanto, o atraso português não era um mero anacronismo, mas sim, fruto de uma incapacidade de acompanhar, “o destino manifesto capitalista europeu” (FRAGOSO e FLORENTINO, 2001).

3. HERANÇA COLONIAL E ESTRUTURA ECONÔMICA NO PÓS-INDEPENDÊNCIA

Sem que se adentre ao mérito das dinâmicas e processos analisados, os quais parecem acertados, a forma como alguns dados e citações foram apresentados no trabalho para diferenciar as colônias espanholas e portuguesas podem levar a compreensões distorcidas.

Nesse sentido, observe-se o recorte da citação de Furtado (1976, p.35-36 apud CIMINI; RIBEIRO; ALBUQUERQUE, 2021, p. 209) no seguinte trecho:

“[No caso da] América portuguesa essas duas fases se apresentaram de certa forma invertidas. Nos primeiros 150 anos formou-se uma economia agrícola de exportação constituída de unidades isoladas, vinculadas diretamente com o exterior (p. 35). [...] A formação de um polo produtor de ouro e diamantes [tem lugar] no último século do período colonial” (p. 36).

A partir dele, infere-se que, na América portuguesa, os primeiros 150 anos da colonização tiveram predomínio da economia agrícola, dando lugar à produção de ouro e diamantes no último século do período colonial (ou seja, século XIX).

A produção do ouro teve seu ápice no século XVIII, sendo o Brasil responsável por 40% do volume total produzido entre 1701 e 1800 (ABREU, 2014, pag. 1). Contudo, no Brasil, a atividade agrícola foi protagonista da economia brasileira durante boa parte do período colonial e, conforme Marcelo de Paiva Abreu, “quando o Brasil alcançou a Independência, o setor primário certamente respondia por grande parte do produto interno e das exportações, com predominância da agropecuária.” (ABREU, 2014, pag. 4). Portanto, não houve declínio geral da economia agroexportadora no período colonial, conforme faz parecer a forma como o trecho foi citado.

Por sua vez, o “Quadro 1 - Produção distribuída por regiões, final do período colonial” colacionado no trabalho de Cimini, Ribeiro e Albuquerque (2021, p. 210) sequer indica qualquer produção agrícola ao Brasil e ainda se equivoca na nomenclatura da região, ao confundir a região Sudeste com a Central.

Quadro 1 - Produção distribuída por regiões, final do período colonial

Brasil	Central Sul Amazônia	Ouro, diamantes Gado Produtos tropicais
--------	----------------------------	---

Fonte: Bulmer-Thomas, 2003, p. 25.

Ainda sobre as diferenças da colonização ibérica, o argumento central de Coatsworth (2005), aborda que as instituições ibéricas, apesar de terem gerado um equilíbrio de poder que manteve a estabilidade política por séculos, tendiam a desestimular a produtividade local, contribuindo com atividades exploratórias de recursos naturais para ganhos de curto prazo, sem incentivar investimentos e melhoria nos níveis de produtividade. Em consequência disso, segundo Coatsworth (2005), diferenças no PIB de países ex-colônias podem ser explicadas pelas

diferenças na disponibilidade de recursos naturais, mas a estagnação dos níveis de produtividade seria comum é explicada pelas características das instituições coloniais. O que complementa e reforça a tese do trabalho ora analisado.

4. FRAGMENTAÇÃO POLÍTICA NO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA

Ainda de acordo com Coatsworth (2005), devido à natureza da colonização, as colônias ibero-americanas enfrentaram grandes desafios quando independentes, como por exemplo o colapso de um governo estável. Como consequência, a violência social e os conflitos políticos superaram, a princípio, os benefícios do movimento de independência, que incluem o fim das cargas fiscais e monopólios comerciais.

No longo prazo, os conflitos advindos dos movimentos de independência contribuíram para minar com o legado institucional colonial que por tanto tempo inibiu o crescimento econômico e permitiu criar uma nova organização econômica mais eficiente. Foi necessário varrer as instituições pré-modernas existentes para que novas surgissem. (COATSWORTH, 2005). Ademais, ainda que finalizada, a era colonial deixou heranças e marcas profundas, como a desigualdade social, a discriminação racial, altas taxas de crescimento populacional, vulnerabilidade, baixas receitas fiscais, pouca oferta de bens públicos, e dificuldades na promoção dos direitos humanos. (COATSWORTH, 2005).

Todos estes resultados da obra de Coatsworth (2005) corroboram as conclusões do trabalho em análise no sentido de que o processo de independência das colônias latino-americanas ensejou a fragmentação política, a qual é componente para definir a trajetória econômica da região.

5. CONCLUSÃO

A partir da literatura disponível, os argumentos acima desenvolvidos tiveram como mero intuito aprimorar a compreensão do texto analisado ou complementar as informações trazidas pelos autores, na medida em que as conclusões apresentadas encontram respaldo nas obras e referências pesquisadas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo de Paiva. A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014

Leitura crítica de “América Latina: raízes de longo prazo de uma variedade de capitalismo”

CIMINI, Fernanda et al. América latina: raízes de longo prazo de uma variedade de capitalismo. In: SALIBA, Aziz Tuffi et al. (Org). Coleção Desafios Globais: Volume 3 | América Latina. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021. Cap. 8, p. 197-225

COATSWORTH, J.. Political economy and economic organization. In: BULMER-THOMAS, V.; COATSWORTH, J.; CORTES-CONDE, R.(Org.). The Cambridge Economic History of Latin America - volume I: The Colonial Era and the Short Nineteenth Century. Cambridge: Cambridge University Press, p. 237 - 273, 2005.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. 4. ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Cap. 2, p. 25-59

NOVAIS, Fernando Antônio. A crise do Antigo Sistema Colonial. In:____. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808). São Paulo: Hucitec, 1983. Cap. 2, p. 57-116